
Mercado local, produção familiar e desenvolvimento: estudo de caso da feira de Turmalina, Vale do Jequitinhonha, MG

José Luis Gutiérrez Angulo

Resumo

Os programas de desenvolvimento atuais precisam ampliar seus trabalhos de assistência para as populações mais carentes na forma de alternativas concretas em campos de ação muito localizados. Este é o caso das feiras livres agrícolas de agricultores familiares. Estas feiras são o principal vínculo comercial que o produtor tem com a sociedade dos centros urbanos e que lhe permitem a obtenção de uma renda para sua família. Assim, este trabalho analisa a dinâmica da feira dos agricultores familiares do município de Turmalina, Alto Jequitinhonha, MG. Ao analisar a problemática dos produtores feirantes e seu relacionamento com outros atores sociais, procura-se compreender os “alcances” da feira em termos econômicos, ou seja, a força de trabalho utilizada e as formas de construção de renda para este mercado local. Uma parte fundamental da pesquisa foi identificar os espaços de reprodução social e cultural das famílias que participam da feira, assim como o desempenho e participação dos membros da unidade familiar na sua organização produtiva.

Palavras-chave: agricultura familiar, renda, espaço social, feira livre, comercialização

Local market, family production and development: a case study of the Turmalina Fair, Vale do Jequitinhonha, MG

Abstract

Development programs need to broaden their assistance works so as to reach the poorer population in the shape of concrete alternatives in very localized action fields. This is the case of the free agri-fairs by family agriculturists. Such fairs come to be the main commercial link between the producer and the urban center society which allows him to fare income to his family. Thus, this paper analyses the dynamic family-agriculturists' fair in Turmalina town., Alto Jequitinhonha, MG. When analysing the problematic of producers in the fair and their relationship with other social agents, one seeks to understanding the reach of the fair in economical terms, that is, the workforce used and the forms of income-building to this local market. A fundamental part of the research consists of identifying the spaces of social and cultural reproduction of the families that participate in the fair, as well as the performance and participation of members of the family unit in its productive organization.

Key-words: family agriculture, income, social space, free fair, commercialization

1 Introdução

Este artigo analisa a importância da feira livre semanal dos agricultores familiares do município de Turmalina, em Minas Gerais. É fundamental compreender a dinâmica desta atividade e qual a sua influência sobre a renda das famílias que comercializam. Pretende-se entender as realidades locais da comercialização familiar e que estimulem o desenvolvimento rural. Ao analisar a problemática dos produtores feirantes e seu relacionamento com outros atores sociais, procura-se compreender quais são os espaços de reprodução social e cultural.

A feira é um espaço que tem influência na melhoria de vida das pessoas, não só pela obtenção de uma renda familiar, mas pela apreensão das idéias e representações associadas à feira como espaço de socialização, carregada de narrativas e símbolos sociais. Ao mesmo tempo, este ambiente fornece informações no que diz respeito às condições de trabalho, organização e consumo, origem e destino dos produtos potenciais de comercialização, nível de satisfação e quais os outros segmentos sociais envolvidos no processo (feirantes, consumidores, organizações locais).

No Brasil, as feiras-livres são uma das mais antigas formas de varejo com presença generalizada. Hoje em dia, continuam a desempenhar um papel importante na venda, principalmente de produtos hortícolas (verduras, legumes e frutas) na maioria dos centros urbanos. Muitas dessas feiras constituem microprojetos destinados a ajudar a população rural de baixa renda; ali se negociam produtos agrícolas e pecuários. No entanto, deve-se enfatizar que as feiras, na grande maioria, são iniciativas em âmbito local, que tendem a valorizar os vínculos do abastecimento com a produção agroalimentar, especialmente em se tratando de municípios de pequeno e médio portes.

O interesse da presente pesquisa está centrado na identificação de feiras de pequenos produtores. Assim, uma referência importante sobre este assunto é aquela elaborada por Forman (1979), ao pesquisar feiras do nordeste brasileiro:

“A feira distribui, essencialmente, gêneros de primeira necessidade e serviços entre pessoas do campo que dela participam, como vendedores ou como compradores. Também serve para distribuir bens de consumo acabados ou semi-acabados em áreas onde a ausência de capital líquido torna impossível a manutenção de grandes estoques. Em outras palavras, o papel da feira é movimentar mercadorias em áreas de economia carentes de dinheiro” (Forman, 1979: p.137).

2 Metodologia de trabalho

Uma vez delimitado o nosso universo de observação, neste caso os feirantes da feira livre de Turmalina, para compreender seu comportamento dinâmico na feira, utilizou-se a metodologia qualitativa no processo de investigação. A abordagem da investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado com a idéia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para construir uma pista que nos permita estabelecer compreensão mais esclarecedora do objeto em estudo (Bogdan & Biklen, 1994).

A pesquisa foi realizada pela observação e participação na feira. Desde o primeiro momento buscou-se estabelecer um relacionamento próximo e espontâneo, permitindo assim familiarizar-se com os costumes e modo de vida do grupo estudado, como recomenda Malinowski (1978).

Em função destas considerações, o tipo de pesquisa adotado foi o estudo de caso, pois nele o pesquisador geralmente utiliza uma variedade de dados coletados em diferentes momentos, por meio de variadas fontes de informação. Para tal efeito, nesta abordagem, o estudo de caso utilizou os diversos instrumentos para a coleta de dados: história oral, história de vida, análise documental, observação participante e entrevista utilizando roteiro semi-estruturado.

Dessa maneira, os entrevistados foram selecionados após uma minuciosa observação e também graças a dois informantes chave: J. A., técnico do CAV (Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica) e F., (agricultor). Indagou-se a várias pessoas, no mesmo local da feira, quais eram as comunidades que enviam mais feirantes. Com base nessas informações, elaborou-se uma lista das comunidades, que são as seguintes: Jacuba, Ponte do Funil, Olaria, São Miguel, Pontezinha, Ribeirão das Posses, Tolda, Lagoa, Santana, Fanha e Morro Redondo.

Uma observação importante para selecionar nossa amostra foi verificar a existência de feirantes que se caracterizam por serem proprietários de meios de transporte motorizados, levando para a feira um grande volume de produtos, vêm acompanhados de vários membros da família e em alguns casos se

especializam em produzir um determinado produto. Estes produtores parecem ter um nível maior de capitalização. Por esta razão receberam a denominação de produtores “fortes”. Outros produtores, ao contrário, chegam à feira no caminhão feirante¹, ou até em seus próprios animais, às vezes vêm acompanhados de seus familiares. Eles trazem volumes pequenos de produção, compartilhando em alguns casos uma mesma banca entre vários feirantes. Por esta razão, receberam a denominação de produtores “fracos”.

Assim, uma sondagem na feira sobre os produtos que são vendidos e o volume de cada produtor revelou os seguintes aspectos:

- alguns produtores possuem bancas maiores, pois têm maior volume de produtos, chegam à feira com vários ou mais membros da família e têm transporte próprio (produtores considerados fortes). Contrariamente, a maioria dos produtores chega à feira no caminhão feirante acompanhado de, no máximo, uma pessoa;
- uma quantidade significativa dos postos de venda é atendida por mulheres;
- identificaram-se feirantes com produtos especializados; eles são: vendedores de farinha de milho, farinha de mandioca, doces, hortaliças, cachaça, carne de porco, artesanato, remédios naturais, flores, frutas e galinhas.

Com base nestas considerações, decidiu-se, inicialmente, estratificar a amostra, que deveria incluir feirantes de comunidades diferentes. Também deveriam ser incluídos os feirantes com diferentes volumes de produção (maior e menor) e aqueles que negociam produtos específicos, tanto homens como mulheres.

Para caracterizar a situação socioeconômica destes agricultores, foi determinada uma amostra representativa de vinte produtores para a qual foi aplicado um questionário individual que possibilitasse diagnosticar a realidade. Assim, decidiu-se estratificar a amostra, selecionando dez feirantes homens e dez mulheres. Cada um desses grupos foi dividido em subgrupos de cinco “fortes” e cinco “fracos”. Para facilitar a identificação de tais pessoas, foi solicitada a ajuda de informantes, para evitar possíveis vieses na seleção da amostra.

Os vinte feirantes selecionados foram acompanhados na sua atividade ao longo do ano 2001. O passo seguinte foi acompanhar a comercialização dos produtos mensalmente, observando-se as diversas flutuações, tanto no volume como no preço, para estabelecer a variação anual, tanto de oferta como de demanda. Em seguida, elaboraram-se listagens por tipos de produtos, considerando-os como sazonais, transformados, de extrativismo e outros. Também se acompanharam as flutuações sazonais. Ao acompanhar a dinâmica da feira em todos os meses de um ano, obtiveram-se dados sobre a regionalização dos produtos e identificaram-se quais são os feirantes que comercializam produtos específicos.

3 As condutas econômicas

Os objetivos que o camponês busca com a sua unidade econômica familiar levam geralmente a defini-lo como um homem econômico. A economia política clássica determinou que o sistema capitalista tem como princípio a maximização dos benefícios. Mais tarde foram feitos estudos sobre sociedades tribais e camponesas; acreditou-se que a conduta econômica destes grupos era incompreensível e até irracional. Estudos antropológicos realizados por Malinowski (1978) rejeitam a validade daqueles resultados, assinalando que tais sociedades se baseiam numa racionalidade econômica diferente da capitalista porque sua base econômica está imersa em atividades socioculturais.

Polanyi (1980) ressalta que, até o final do século XVIII, encontramos, em todas as sociedades, o sistema econômico imerso no sistema social. De tal modo, anteriormente à nossa época, nenhuma economia era controlada por mercados, embora a instituição conhecida como mercado estivesse sempre presente na história humana:

¹ O caminhão feirante é um projeto municipal, que foi implantado há doze anos e consiste no transporte dos agricultores das diferentes comunidades para a feira aos sábados, sem pagar nenhuma taxa. Pode-se afirmar que, graças a este projeto, a população de Turmalina pode ter acesso a alimentos mais baratos. Sem dúvida os custos do frete de caminhões tornariam não rentável esta atividade e os produtos teriam preços muito mais altos, impossibilitando a concorrência com os supermercados.

“...seu papel era apenas institucional na vida econômica” (Polanyi, 1980: p.59). “Os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais do que nunca, pela autoridade social” (p.80).

Para este mesmo autor, originalmente, o mercado é o lugar onde se compram, em pequenas quantidades e a preços estabelecidos, os artigos de primeira necessidade. A transformação dos mercados locais (os quais são fundamentalmente mercados de vizinhança) numa economia de mercado auto-regulável (fazendo surgir o mercado moderno e o mecanismo de oferta e demanda regulado por preços flutuantes) resultou da intervenção progressiva do Estado nos mercados locais. Além disso, verificou-se também a expansão do comércio exterior. Porém, ditos mercados locais não tiveram uma evolução progressiva para os âmbitos nacional e internacional.

Ao formular a categoria de imersão², Polanyi (1980) explica a impossibilidade de separar mentalmente a economia de outras atividades sociais antes da chegada da sociedade moderna. Neste sentido, este autor considera que a primeira razão para a ausência de qualquer conceito de economia é a dificuldade de identificar o processo econômico debaixo de condições onde está incrustado em instituições não econômicas (Polanyi, 1980).

A passagem da atividade econômica tradicional se efetua progressivamente, à medida que vão se desenvolvendo as atividades mercantis e monetárias. Dessa maneira, os meios ineficazes de produção são abandonados, independentemente das tradições e se escolhem outros, com base em um cálculo relacionado ao ingresso em dinheiro que se pensa em obter. Isso pode significar, inclusive, a substituição de um recurso escasso (terra ou capital). Ao abandonar técnicas e práticas, tais como a troca, os sistemas de pousio, uso de adubos naturais, os arados tradicionais, adotam-se a semente melhorada, fertilizantes, produtos agroquímicos e arado mecânico.

4 Agricultura familiar e mercado

Com base nos trabalhos de Chayanov (1974) tornam-se mais claras as conclusões sobre a racionalidade do campesinato. Segundo esse autor, é preciso, para quem estuda as sociedades camponesas, conhecer e explicar a natureza intrínseca das suas formas. Assim, propõe a impossibilidade de aplicar conceitos gerais da economia política clássica, baseados no modo de produção capitalista, para a agricultura camponesa. Também argumenta que, no caso da unidade de exploração familiar, se faz uso da sua força de trabalho para cultivar a terra e recebe, como resultado de seu trabalho anual, uma certa quantidade de bens.

A persistência do sistema de produção agrícola familiar no caso em questão, particularmente a “economia camponesa”, seria explicada pela sua “funcionalidade” em relação ao sistema capitalista como um todo e pelo seu papel no processo de acumulação capitalista e nas relações daí resultantes. A “economia camponesa”, dessa maneira, não representaria exatamente um modo de produção, pois não chega a constituir um sistema global de acumulação, formado por instituições estatais e estruturas de reprodução ideológica. Ela tampouco se confundiria com uma economia natural, justamente por estar inserida de muitas formas no mercado. A utilização do conceito de “economia camponesa” serve, assim, para investigar a continuidade das formas agrárias baseadas na pequena propriedade de caráter eminentemente mercantil.

Kautsky (1980) aborda a pequena produção como formas econômicas que gradualmente são substituídas por formas capitalistas de produção baseadas no trabalho assalariado, dando origem a empresas de maior porte. Nesse sentido, este autor tenta demonstrar que a grande exploração capitalista se impõe sobre a pequena propriedade familiar e, portanto, nenhuma tentativa de frear esta força teria êxito.

“A agricultura não se desenvolve segundo o mesmo processo que a indústria: possui leis próprias. Mas isto não quer, de modo algum, dizer que a evolução da agricultura esteja em oposição com o

² Segundo Polanyi, (1980) as ações econômicas são determinadas pelo modo como se dão as relações sociais nas quais essas ações estão imersas. Assim, os atores sociais estabelecem estratégias econômicas intimamente relacionadas ao contexto das relações sociais da comunidade a qual pertencem.

da indústria e seja inconcebível com ela. Pelo contrário, julgamos poder mostrar que ambos tendem para o mesmo objetivo, desde que não se isolem uma da outra e que se considerem como elementos de um mesmo processo de conjunto” (Kautsky, 1980: p.20).

Nesse sentido, o camponês estaria destinado a atuar como um trabalhador, um capitalista e um proprietário da terra ao mesmo tempo. Dessa forma, deveria obter um salário, para ter um ganho e receber uma renda. Porém, por seus altos custos de produção, pelas adversidades do mercado capitalista e pela participação do capital comercial, em determinadas circunstâncias, somente recupera o capital constante que se traduz em sementes e insumos. Além do mais, pelo fato de enfrentar individualmente o mercado, não pode influir na determinação dos preços.

Contudo, estas formas de análise dos processos agrícolas não levam em conta as condições naturais e econômicas próprias do campesinato, nem as características sociais e culturais dos diversos setores da população rural, como comenta Abramovay:

“O paradigma oferecido por Kautsky concentra-se muito mais nas relações entre agricultura e indústria, na idéia de “industrialização da agricultura”, na impossibilidade do pequeno estabelecimento agrícola incorporar as conquistas técnicas, organizacionais e econômicas à disposição dos capitalistas e, portanto na tendência a que o grande e não o pequeno produtor se integre com a indústria, em suma, na reflexão sobre temas praticamente ausentes do trabalho de Lênin” (Abramovay, 1992: p. 46).

De outro ponto de vista, Abramovay (1992) destaca que o camponês constitui sua “socialidade” com base nos mercados em que se insere, sob uma ótica econômica. Assim, a chave da organização econômica “interna” estaria na maneira como o camponês vende os produtos de seu trabalho e compra os elementos necessários à sua reprodução, nas estruturas determinantes de suas relações mercantis.

Ellis, apud Abramovay (1992), define o campesinato por duas características fundamentais:

- a integração parcial aos mercados;
- o caráter imperfeito destes mercados.

A noção de “parcial” estaria relacionada a uma participação rudimentar e incipiente num mercado imperfeito. Dois fatores são importantes neste sentido: a autoprodução e a flexibilidade nas relações de mercado. Nesse sentido, este autor descreve que um agricultor poderia “jogar” com as condições de mercado e optar por vender ou consumir, se a situação dos preços cumprir sua expectativa ou não. Pois, o que caracteriza este mercado são as diferentes capacidades de compra dos consumidores, produtos que não são homogêneos, vantagens de pontos de vendas e fatores extra-mercado que interferem no mesmo. O que diferencia este agricultor de um outro comerciante comum é que, caso o mercado não lhe seja adequado, a alimentação da sua família não estará comprometida.

Garcia (1990) descreve este cálculo camponês como “alternatividade”, fenômeno que está caracterizado pela decisão de vender ou consumir os alimentos diretamente e assim atender às necessidades domésticas de consumo, ou renda.

Comercializar um alimento ou reservá-lo para a família não explica que o mercado não seja levado em consideração. Ao estabelecer o que é para o “gasto” e o que é para “exportação”, o agricultor desenvolve uma “sensibilidade” dos preços do mercado. Este autor chama a atenção sobre agricultores que comercializam os excedentes de produção no sítio. Assim, estes produtores podem vender um produto porque precisam comprar outros alimentos que, combinados, lhes permitam consumir sua produção. Para realizar a troca por um produto pelo seu valor de uso, precisa de uma renda, que obtém ao vender alimentos que não necessariamente são excedentes. Contudo, o agricultor não está obrigado a vender e a situação da família não estará comprometida por causa disso. A situação da lavoura comercial é diferente porque este agricultor está em dependência maior da flutuação de preços. Portanto, a alternatividade, associada a uma alta sensibilidade aos preços do mercado, é característica do camponês, necessária para manter sua reprodução social.

5 O Vale do Jequitinhonha

O Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, é uma região que tem sido caracterizada como exportadora de mão-de-obra migrante e barata, e também como lugar de fome e abandono. Apesar disso, Ribeiro (1996) afirma que a pobreza e a miséria são fatos recentes. Este autor afirma que, no século XVIII, o Vale do Jequitinhonha era uma região muito rica em recursos minerais, minas de diamante e ouro. Na segunda metade do século XX, muitos estudos apresentam um Jequitinhonha de pobreza, estagnação e migração. Esta mudança deve-se ao processo de integração econômica dos mercados nacionais, que ocorreu nos anos 1960/70 e que absorveu e diluiu as especificidades regionais. A situação de pobreza foi acentuada com a implantação de áreas de reflorestamento instaladas a meados dos anos 70 para a produção de carvão vegetal utilizado nas usinas siderúrgicas.

Ribeiro (1996) observou que a região está formada por terras planas, as chapadas, onde a terra é pouco fértil. É nas grotas, onde há presença de água e a terra é mais fértil, onde habitam os agricultores familiares. Este autor descreve que, no Alto Jequitinhonha, o sistema de lavoura utilizado é o de *roça de toco* ou *coivara*. Esse sistema recompõe a fertilidade da terra por meio de rotação das áreas de cultivo e a brotação da vegetação através do pousio (descanso).

Na região do Alto Jequitinhonha, Ribeiro (1996) e Galizoni (1999) observaram que o sistema de coivara repõe a fertilidade da terra de áreas por meio do pousio florestal. Portanto, cada família precisa de um terreno de *cultura* muito maior do que sua lavoura, porque, enquanto uma área está produzindo, outras estão descansando. Este alqueive³ é demorado, gastando, em média, de 10 a 15 anos para recuperar a vegetação. Passados alguns anos, essas posições estarão invertidas: as áreas que estavam produzindo estarão em descanso e aquelas que estavam em pousio estarão em produção.

5.1 O município de Turmalina

O município de Turmalina, distante cerca de 500 quilômetros de Belo Horizonte, pelas rodovias BR-208 e MG-367, situa-se em uma área de convergência de três domínios morfoclimáticos. Apresenta espécies características de regiões de mata atlântica, caatinga e a predominância de espécies típicas do cerrado. Há, na região, imensas áreas de reflorestamento de eucalipto para produção de carvão vegetal. Porém, uma parte importante da economia local está constituída da produção dos pequenos agricultores familiares que habitam as roças de subsistência, tendo como principais produtos - milho, cana-de-açúcar, mandioca e feijão. Na estação seca beneficiam produtos, como mandioca, para produzir farinha e cana-de-açúcar para produzir cachaça e rapadura (PLANVALE..., 1997). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2000), a população do município é de 10.158 habitantes, dos quais 5.497 moram na área rural.

6 A dinâmica da comercialização na feira

Uma das preocupações constantes de quem apóia o desenvolvimento de feiras locais com pequenos produtores está centrada na racionalidade econômica das mesmas. Ela se apresenta como uma das dimensões complexas da rede de relações sociais e econômicas que acontecem na sociedade camponesa. Assim, existe toda uma série de diferenças produtivas e culturais entre os feirantes que determinam diferentes relações sociais e diferentes racionalidades econômicas.

A feira acontece num galpão que está situado perto da praça principal da cidade. Mais tarde soube-se, pelo depoimento dos entrevistados, que o início da feira remonta há quase 60 anos, numa rua onde fica a praça, perto do seu local atual. Foi a Prefeitura Municipal que cedeu o atual local há aproximadamente vinte anos, estabelecendo-se primeiramente ao ar livre. Há 10 anos, foi instalado no local um teto metálico que protege dos efeitos climáticos os feirantes, fregueses e até alguns animais.

Funcionando regularmente às terças e sábados, a feira de hoje é um local onde, em várias longas fileiras de postos de venda, esmeradamente apresentadas com mesas revestidas com lençóis, os grupos de produtores familiares exibem, para a venda, os produtos do seu roçado e da elaboração própria: "caseira". Os produtos para a venda enunciam um amplo esforço da diversificação produtiva, que se encontra classificada em cinco categorias:

³ É o processo de lavrar (a terra) e deixá-la de pousio para que adquira força produtiva.

- a) produtos da agricultura, que são cultivados e comercializados com um processamento mínimo, como alface, tomate, mandioca, couve, jiló, maracujá, banana, etc.;
- b) produtos do extrativismo, que são aqueles coletados pelos agricultores na natureza, como pequi, fruta-pão, maxixe, goiabinha azeda, peixes, etc.;
- c) produtos transformados, que recebem um tratamento e processamento, como doces de leite, mamão, goiaba, fava, amendoim, óleo de pequi, rapadura, requeijão, queijo, geléia de mocotó, corante de urucum, farinha de milho e mandioca, cachaça, fumo pamonha, pães típicos e doces;
- d) produtos do artesanato feitos pelos feirantes, como peneiras, vassouras, colheres de pau, cangas e artesanato de barro, que possui uma loja específica dentro da feira e é produzido, na sua maioria, por mulheres;
- e) ainda podem ser encontrados animais vivos (frango e porco) e carnes de animais criados exclusivamente à base da alimentação natural.

Os feirantes participantes são originários de várias comunidades do município. A feira proporciona a estes agricultores um espaço para comercialização de seus produtos, garantindo-lhes uma inserção no mercado urbano, sendo proibida a presença de comerciantes que revendem produtos de outros centros de distribuição:

“A feira de Turmalina é a feira mais ativa da região, e você não encontra outra feira na região tão tipicamente dos agricultores familiares” (J.V.C. técnico da EMATER).

O início das atividades acontece muito cedo, nas madrugadas. Os grupos de feirantes utilizam diversos meios de transporte: caminhões comunitários, ônibus, cavalos, burros. Assim, com a sua chegada, a feira se transforma não somente num lugar de negociação, mas num ambiente dinâmico de troca de informações, de diversão, lazer, de acordos diversos e de cooperação.

As relações sociais que se constroem entre os feirantes nem sempre estão livres de diferenciação. Algumas vezes, as diferenças entre eles têm a ver com questões objetivas, como o tipo de exploração, o tamanho das suas parcelas e a competição entre produtores; isso determina que alguns são mais “fortes” e outros mais “fracos”. Assim, esses são fatores que estão relacionados com os distintos padrões culturais ou sistemas valorativos dos atores sociais.

Abramovay (1992) consigna que, no comportamento econômico do camponês, intervêm elementos derivados da origem e da experiência histórica dos mesmos. Tais elementos condicionam sua forma de inserção na sociedade e na economia regional, que o define como um tipo cultural específico. Isto é muito importante, pois acredita-se que seria um elemento central para ser levado em conta no momento de caracterizar os produtores feirantes do município, pois a confluência de diferentes sistemas valorativos tendem a torná-los homogêneos, no sentido de construir algum tipo de identidade comum a todos os feirantes participantes.

6.1 Os produtores

A pesquisa permitiu distinguir as características das famílias feirantes que são classificadas em dois grupos:

- a) as que produzem somente para a subsistência da sua unidade familiar e o excedente é destinado para a venda. Este feirante tem uma capacidade menor de influir no preço que se determina no mercado; este processo está influenciado pelas condições do transporte, do estado dos caminhos e da presença ou falta de água, situação que influi de maneira determinante. Estes produtores usam a força exclusivamente familiar e não acumulam capitais (fracos);
- b) o segundo tipo de feirante é um produtor que usa mão-de-obra familiar e, às vezes, assalariada, e está em condições de acumular um pequeno capital pela maior eficiência produtiva e possui algum tipo de transporte motorizado (fortes). Ainda dentro deste segundo grupo pode-se destacar um grupo que emprega, ao mesmo tempo, uma forma combinada mão-de-obra familiar e assalariada, com variada forma de acumulação de capital. Eles têm

um maior e mais diversificado volume de produção. São produtores que participam do processo produtivo e, às vezes, são especializados, o que lhes permite diferenciar seu produto e, às vezes, ser uma referência para fixação do preço.

De acordo com as observações, pode-se afirmar que 90% dos produtores feirantes de Turmalina se assemelham ao primeiro grupo e os restantes 10% ao segundo.

6.2 Produtores fracos e produtores fortes

Os produtores fracos se caracterizam pelas formas diferentes de obtenção de renda, pois algumas famílias moram na propriedade de algum patrão ou algum parente. Alguns usam seus animais como meio de transportar seus produtos para a feira, como o burro ou cavalo, ou também fazem uso do caminhão feirante; têm ocorrido casos de famílias que se associam para abastecer um só posto na feira.

Neste grupo, o chefe da família trabalha em outra propriedade e os filhos mais novos cultivam a parcela de terra para o autoconsumo, evidenciando a necessidade da construção de outras fontes de renda para sua subsistência. Apesar de todas estas considerações, a força de trabalho é familiar, mas, em vários casos, o trabalho específico pertence à esposa e aos filhos, pois o chefe da unidade doméstica está assalariado. Em muitos casos, devido aos sistemas de pouso utilizados na região ou devido à declividade acentuada dos terrenos, não lhes é possível dispor de certas áreas em suas propriedades. Conseqüentemente, não utilizam o trator comunitário cedido pela prefeitura. Assim, fazem uso da mão-de-obra familiar, utilizando a enxada.

A feira possibilita a estas famílias melhorar seus ingressos em dinheiro ligeiramente e “melhorar o autoconsumo”⁴, não parece ser uma forma de acumulação. Os tipos de produtos que eles trazem para a feira são, em geral, hortaliças e, às vezes, produtos transformados tradicionais, como os doces. Não freqüentam a feira com a mesma regularidade que os do segundo grupo e, portanto, seus ingressos são menores. A sua presença na feira dependerá da quantidade de produto a ofertar já que os excedentes não são produzidos o tempo inteiro. Assim, é muito difícil calcular quanto dinheiro eles obtêm; apesar disso, esse dinheiro, em alguns casos, é a única fonte de renda familiar e, em outros, é “só um quebra-galho”. Esta quantidade pode variar segundo a época do ano, da quantidade de trabalho investido na produção para feira e da capacidade para manter a oferta de produtos. É importante salientar que, além dos eventuais e estacionais ingressos em salários destas famílias, eles têm algum ingresso, que são os aportes em dinheiro do Programa Bolsa Escola.

Pode-se adicionar que, muitas das vezes, os ingressos destas famílias vêm de um salário extra do trabalho nas propriedades de outras pessoas. Outros produtores que possuem estas mesmas características não podem comprar muitos produtos na cidade; eles têm menor renda, mas, por nenhuma razão, deixariam de trabalhar na feira, pois lá é que se sentem reconhecidos como produtores. Portanto, este processo é essencial para alcançar o seu objetivo, que é a sua reprodução social.

Na economia dos feirantes fortes existe o potencial para a geração de um excedente que pode ser reinvestido com fins produtivos. Apesar disso, a exploração típica do segundo tipo não se orienta para a obtenção de uma margem de ganho sobre o excedente e a renda econômica, como seria no caso de uma empresa inteiramente capitalista⁵. Isto não acontece porque o produtor do segundo tipo não possui uma conduta especulativa e sim porque sua motivação econômica é diferente ao da empresa capitalista. Poderia-se dizer que nas economias dos feirantes mais fortes de Turmalina se produz uma fusão entre a identificação da empresa familiar com a unidade camponesa descrita por Alencar & Moura Filho (1998). Por exemplo, o trabalho do produtor e da sua família não é considerado entre os custos de produção quando se quer avaliar a rentabilidade do “sitio”.

Um depoimento mostra claramente esta situação:

⁴ Ao melhorar o autoconsumo produzir, mas que são necessários para combiná-los com os produzidos no sitio. Brandão (1981) explica que com o dinheiro obtido na venda, o agricultor compra alimentos na cidade que não podeo sal sempre pertenceu a esta categoria. Porém, hoje em dia existem na venda produtos “do lugar”, mas aos quais ele não têm mais acesso contínuo e facilitado. Também na venda existem produtos reconhecidos como essencialmente de fora, como os vegetais não beneficiados, como o tomate, a batata inglesa, ou tratados, como o macarrão.

⁵ Bartra (1978), ao pesquisar o campesinato no México, refere-se à existência básica de dois sistemas econômicos que configuram dois modos de produção: a economia mercantil, simples e a economia capitalista. “A este nível de abstração teria que acrescentar-se um terceiro sistema, do qual apenas ficam restos incrustados no seio da economia camponesa ‘a economia natural do autoconsumo’” (Bartra, 1978: p. 214).

“o nosso gasto em dinheiro aqui é o empregado, o frete do caminhão, os remédios para o animal, às vezes, o adubo e a compra no armazém” H (Agricultor).

Também uma boa parte dos ganhos obtidos pela exploração é dirigida à satisfação das necessidades domésticas, em vez de inversões de capital, por exemplo. As famílias compram rádios, roupas, bicicletas, animais (matrizes, gado).

Os produtores do segundo tipo variam na feira em relação à força de trabalho investida na produção e para a venda na feira; conseqüentemente, também nos ingressos que eles obtêm. Na maior parte dos casos, a força de trabalho é predominantemente familiar. Porém, existem mudanças na quantidade de pessoas disponíveis para trabalhar na propriedade, dependendo da época do ano. Em poucos casos, o chefe da família tem outro emprego. Por esta razão, o trabalho doméstico fica para a esposa e os filhos. O trabalho na feira possibilita a estas famílias melhorar ingressos em dinheiro em forma mais regular, sem estarem sujeitas a outro tipo de emprego que, às vezes, é temporário. Isto significa melhorar o autoconsumo, mas não se pode afirmar se isto significa capitalização, além da reprodução da unidade doméstica.

Entre estes produtores, como já foi descrito, existem diferenças importantes. Por exemplo, existe uma família numa comunidade que produz exclusivamente para este tipo de mercado; seus membros trabalham intensamente para abastecer permanentemente o posto de venda. É uma das famílias que mais produtos oferta e não tem problemas para manter cheio o posto de venda. Os seus ingressos são mais altos em relação aos outros. Por esta razão, acredita-se que sua unidade doméstica se está capitalizando, pois, além de estar trabalhando na feira há muito tempo, eles têm diversificado sua produção não somente em produtos agrícolas para a alimentação e sim em outros, como cachaça e urucum, trabalhando da produção ao beneficiamento. Também eles têm transporte próprio para levar seus produtos à feira e alugam uma casa na cidade.

A experiência no mercado local lhes possibilita melhorar seus ingressos em dinheiro numa forma mais regular e pelo fato de não ter somente culturas perenes não estão sujeitos a vender somente uma vez ao ano. Os produtos que eles trazem para a feira são, em geral, frutas, verduras, produtos transformados como a rapadura ou farinha de mandioca. O que caracteriza este grupo é a regularidade na freqüência à feira e sua capacidade em garantir a oferta de produtos. Há diferenças entre cada unidade; elas se distinguem por seu ingresso mais alto, o que representa algum dinheiro que pode ser reinvestido na propriedade. Além do mais, algumas famílias participam das feiras dos municípios de Minas Novas e Veredinha.

6.3 As mulheres feirantes

Tradicionalmente, na estrutura da pequena exploração agrícola, no trabalho chamado “pesado”, ou seja, quem produzia o “considerável” dos ingressos familiares com os cultivos anuais era o homem da casa⁶.

Pode-se afirmar que a experiência da feira livre de Turmalina sustenta-se, em grande parte, no trabalho doméstico das mulheres. Nos dois grupos que foram mencionados, o trabalho feminino tem muito mais importância quando se trata da produção para a feira. Pode-se afirmar que, no caso dos produtores fracos, são, na sua maior parte, as mulheres que trabalham para este mercado, tanto na venda, no preparo ou na produção, e são elas que mantêm um ingresso em dinheiro quando os homens não estão assalariados.

Nos produtores fortes, graças ao trabalho das mulheres nas unidades domésticas, se acrescenta o ingresso em dinheiro efetivo durante meses. Além do mais, as mulheres atendem a uma grande porcentagem dos postos de venda. O trabalho doméstico se transforma em dinheiro ou em outros bens que podem ser trocados e a socialização das suas experiências com outros feirantes e da comunidade acontece regularmente nos dias da feira.

⁶ Heredia et al. (1984) comentam sobre este assunto: “A responsabilidade pela provisão dos meios necessários ao consumo familiar pertence ao pequeno produtor em sua qualidade de pai de família, sendo ele responsável pelas atividades que o conjunto dos membros do grupo desenvolve no roçado, é o pai quem encarna o trabalho no roçado, logo, o trabalho ali realizado é o trabalho dele; os filhos e a esposa, mesmo quando desempenham atividades, apenas ajudam como se diz” (Heredia et al., 1984: p. 30).

Outros eventos sociais têm posicionado as mulheres feirantes em outro lugar no interior da unidade doméstica e na comunidade. Algumas mulheres também trabalham fora da unidade familiar, além de trabalharem no processamento de produtos: lavam roupas, ajudam a cuidar de casas - geralmente de mulheres da cidade que passam a morar na comunidade -, retiram e vendem lenha, participam de frentes de trabalho, produzem, cuidam dos filhos quando ainda pequenos, selecionam e preparam produtos para serem levados à feira, contribuindo também com dinheiro para a manutenção da casa.

Pelo que foi observado, têm-se indícios de que a organização do trabalho e os posicionamentos internos dentro da estrutura doméstica e na vida cotidiana têm assumido algumas outras funções. Assim, com a situação da crise dos cultivos, as famílias de feirantes podem encontrar neste sistema de mercado uma alternativa de ingressos seguros, no qual o trabalho masculino não é o principal, e sim as atividades domésticas da mulher e, em muitos casos, dos filhos.

Esta é uma perspectiva particularmente importante para nosso estudo, porque implica reconhecer os membros de uma sociedade como “atores críticos” capazes de “negociar” – organizacional e cognitivamente com diferentes situações sociais, assumindo a capacidade de representar seus interesses.

6.4 Construindo fontes de renda

Com base na análise das famílias na feira e nas suas comunidades, deduz-se que elas, quase sempre, empregam seu tempo em várias atividades simultaneamente, construindo fontes de renda, cultivando uma grande variedade de culturas para o consumo familiar e para o mercado, na criação de animais e vendendo sua mão-de-obra, trabalhando como pedreiro, mecânicos, marceneiros, migrando temporariamente para as cidades ou para outras regiões rurais, às vezes até alugando terras ou fazendo artesanato. As estratégias mudam nas diferentes comunidades e também nas diferentes famílias. Os fatores que explicam esta diversidade são fatores externos, como a proximidade a córregos, áreas de grotta, caminhos, cercania dos centros urbanos e também o nível de renda e o nível de bem-estar social.

Os fatores que influem na diferenciação são a quantidade de recursos produtivos de cada família, a articulação da família com a comunidade e a renda não agrícola, o que, de modo geral, está ligado a fatores de consumo familiar e disponibilidade de mão-de-obra familiar, suficiência de água, disponibilidade de transporte e relações sociais. Observa-se que, no caso da produção, o transporte é vital não somente porque barateia os custos do traslado e integra pessoas, mas porque, em alguns casos, é o único meio pelo qual alguns produtores chegam à cidade no dias de feira. Neste caso, o caminhão feirante é essencial, pois é um dos motivos pelos quais muitos feirantes decidiram vender na feira.

Nas propriedades, foi observado que a escolha do produto e o volume a ser comercializado, pelo qual o agricultor empenha uma parte importante do seu tempo, são uma combinação de elementos que tendem a facilitar o aliviar da fadiga por esse trabalho. Este é o caso dos produtores de cachaça que trabalham como parceiros ou os que agregam valor. Um conhece bem o mercado, o outro se junta para trabalhar com ele, empregando sua mão-de-obra, aproveita seu conhecimento e compartilha os riscos do mercado. O caso de um dos produtores de farinha de mandioca é outro exemplo. Ele agrega valor porque, ao mesmo tempo que conhece o mercado e o processo de produção, tem disponível a família para ajudar neste processo, pois precisa de várias pessoas trabalhando ao mesmo tempo nesta atividade. Assim, destina uma parte do seu tempo semanal trabalhando como pedreiro, comprando mandioca para a elaboração da farinha e produzindo a farinha dois dias antes da feira, com a família.

Um fato que é necessário esclarecer é que nem todos os especialistas da feira de Turmalina são “fortes” e que nem todos os “fortes” são especialistas. Há especialistas que apenas estão capitalizados, como é o caso do vendedor de doces e, mesmo alguns vendedores de farinha que ocupam um lugar privilegiado na feira, por causa da procura deste produto, trabalham como assalariados em outros estabelecimentos.

Conclui-se que os fatores que determinam a escolha da atividade na região são, por uma parte, a tradição e conhecimento de saber fazer, a sensibilidade, condições do mercado, a mão-de-obra, as relações sociais de produção e, o principal, a água.

No caso das comunidades que estão bem organizadas, torna-se fundamental a articulação com a sede do município para encaminhar pedidos, ou algum tipo de assistência em diferentes áreas. Pedidos como o abastecimento de água ou energia elétrica, assistência na questão das pragas ou mesmo o pedido de uso do trator comunitário são melhor atendidos. Porém, o fator mais limitante para a produção

na região é a água. A disposição da água no terreno da família também influi na criação de animais, que terão maior ou menor acesso às mangas de pasto, dependendo da posição do córrego ou do rego d'água.

Pode-se resumir que os agricultores constroem fontes de renda na feira, de diferentes modos: do trabalho da agricultura familiar, no qual são vendidos produtos para o “gasto” e para a “exportação”; da criação, que representa uma forma de acumulação de reserva nos momentos que a família precisa; do extrativismo; da agregação de valor; da especialização que, consiste “caprichar” num produto diferenciado; trabalhando como atravessador; embora não seja uma atividade freqüente, estas pessoas que compram para a revenda e adquirem quantidades pequenas de produtos, sejam transformados ou em estado natural (na feira, os atravessadores são poucos, mas entre eles se encontram alguns “marchantes” ou vendedores de carne de porco); da parceria, dividindo tarefas para produzir produtos especializados sem deixar de lado o cultivo doméstico; do artesanato, aproveitando a habilidade das mulheres.

7 Conclusões

A feira é fundamental na renda do agricultor familiar da região. Em muitos casos, se apresenta como a única alternativa de obter renda da sua propriedade, o que lhe permite complementar suas necessidades de alimentação, saúde ou transporte. Em outros casos, a feira é uma adição às outras fontes de renda do agricultor, que funciona como uma “alavanca” que lhe permite manter-se estável.

O nível elevado de vendas possibilita a geração direta de 90 a 100 postos de trabalho e a obtenção de renda para várias famílias. Porém, isso não quer dizer que não há um jogo de forças do mercado que influencia na venda, no preço e no nível de renda do produtor.

As desigualdades entre produtores “fortes” e produtores “fracos” parecem estar determinadas por múltiplos fatores. Entre eles, destacam-se elementos de ordem social ou de vínculos sociais no interior de cada comunidade, juntamente com a localização, tamanho e fertilidade do sítio, acesso aos caminhos e também o acesso a serviços como água e luz. Juntos, estes fatores dão ao produtor alguns instrumentos para que ele possa alcançar, por si mesmo, níveis de bem-estar econômico.

Pode-se afirmar que a feira livre não constitui um sistema socioeconômico homogêneo. Existe toda uma série de diferenças do tipo produtivo entre os feirantes. Assim, encontram-se diferentes racionalidades econômicas. Os feirantes nem sempre “refletem” de uma forma econômica empresarial ou acumulativa. Para muitos deles, a feira é “suficiente”. Por exemplo, os produtores mais “fracos” são os mais irregulares na freqüência e não podem manter o volume das suas ofertas todas as semanas. Acredita-se que quando este grupo tem outras ofertas laborais, priorizam-nas antes da produção doméstica e então não existem produtos excedentes para vender na feira. Ou seja, quando se tem um salário familiar, a assistência à feira pelo grupo torna-se irregular.

A regularidade depende de vários fatores sociais e produtivos (herança⁷, terra fértil, água, mão-de-obra disponível) que, em muitos dos casos, são insuficientes. Portanto, a força de trabalho é investida na produção para o consumo familiar; nesta situação não podem manter a sua oferta de mercadorias. Estas diferentes atitudes econômicas originam diferentes condutas no processo de vendas, o que influi na dinâmica interior da feira.

Dessa maneira, outros agricultores optam por construir fontes de renda na feira. Se *especializam* num determinado produto; *capricham* trazendo produtos “com marca”, que identificam uma pessoa ou uma comunidade; *transformam* e agregam valor, criam animais porque são um “quebra galho” quando não se tem o que vender; *fabricam* artesanato, que é responsabilidade das mulheres; *apanham* frutos do mato e, em alguns casos, fazem o trabalho de intermediação.

As diferenças na conduta econômica se evidenciam talvez mais nitidamente quando pesquisa-se como poderia ser o uso dos recursos financiados pelo PRONAF ou, mesmo, quando perguntou-se aos

⁷ Galizoni (2000) comenta que a herança do patrimônio fundiário na região do Alto Jequitinhonha é um tema essencial pois determina as relações entre as famílias, com a terra e a natureza, e dá lugar a variados modos de vida para os lavradores, suas mulheres e filhos. Esta autora comenta que as regras da herança procuram evitar a pressão excessiva da população sobre a terra e recursos ambientais. Desse modo, a herança está influenciada pelas circunstâncias internas e externas à família: escassez de terra, exaustão ambiental, número de filhos, condições de emprego no mercado de trabalho urbano.

agricultores sobre qual seria o uso desse dinheiro. Para ter acesso a este financiamento, os produtores devem fazer um pedido, que é canalizado pela Secretaria de Agricultura antes de ser concedido. Assim, foi observado, pelos técnicos, que os motivos que levaram os agricultores a pedir este empréstimo não tinham necessariamente uma relação com a diversificação na oferta de produtos ou na compra de insumos e ferramentas. São poucos os produtores que tentaram fazer financiamento para a produção de hortifrutícolas e os pedidos de crédito não se encaminharam para a produção. O que eles justificaram nestes pedidos foi, em muitos casos, a compra de uma porca, uma matriz, uma vaca ou uma bicicleta.

Para os produtores mais "fracos", a feira possibilita estabelecer certa regularidade no consumo. Quer dizer, os ingressos pelo trabalho assalariado, os ingressos pela venda na feira e a produção doméstica garantem para a reprodução da unidade doméstica, pois, sem a feira, se encontrariam numa situação mais instável. Assim, a feira pode não representar a sua maior fonte de renda e, às vezes, a feira pode "não ser rentável". Porém, eles continuam freqüentando, porque os intercâmbios de alimentos em valores de uso de produtos tornam-se fundamentais para estas famílias. Ou seja, algumas famílias podem chegar a vender até uma pequena parte do seu consumo para obter dinheiro que lhes permita comprar outros alimentos para completar este consumo. O caso mais comum é comprar sal para preparar os demais alimentos; porém, hoje, esta situação tende a aumentar, pois alguns feirantes chegaram a afirmar que, em determinadas épocas, compram verduras.

No grupo dos feirantes mais "fortes" observa-se que alguns têm melhorado o autoconsumo; para eles, é economicamente satisfatório participar da feira e fazer parte da comunidade feirante. Alguns não somente melhoraram o autoconsumo, mas tiveram alguma sobra de dinheiro que lhes tem permitido alguns reinvestimentos para a atividade produtiva, de maneira que têm conseguido acrescentar e melhorar a oferta de produtos para vender.

Quando faz-se referência a que alguns deles têm melhorado o autoconsumo, pode-se enxergar este fato de duas maneiras:

- primeiro que, por causa da diversificação, algumas famílias, principalmente as mais "fortes", têm mais opções para sua alimentação e podem montar sua cesta familiar de maneira mais diversificada, comprando mais produtos na cidade e outros escassos na região;
- segundo, pode-se dizer que, com os ganhos obtidos pelos excedentes e pela lavoura comercial, que não é extensa, somente podem comprar bens ou insumos para melhorar a produção familiar, aumentar os excedentes ou contratar até alguns serviços.

Ao melhorar o autoconsumo, eles criam maior estabilidade e sua reprodução social fica menos ameaçada pelos embates do mercado. Porém, nem sempre está presente nestes agricultores a racionalidade econômica capitalista de reproduzir o trabalho e o capital investido para a obtenção de maiores ganhos. Por causa disso, muitas pessoas ou técnicos admitem que, às vezes, eles são irracionais ou têm falta de iniciativa.

Percebe-se, então, que existe uma racionalidade econômica no comportamento dos feirantes muito relacionada com a visão do mundo de cada um e coletivamente como feirantes. Alguns estão perto da racionalidade capitalista e outros simplesmente têm conseguido permanecer nas lavouras, mantendo suas mesmas atividades e estão de acordo com isto.

A participação na feira está intimamente ligada ao que acontece nas propriedades dos agricultores. Assim, por tudo o que foi observado, pode-se concluir que os fatores produtivos que determinam a atuação dos feirantes são:

- *terra*: porque, na região, o acesso à terra apresenta características próprias, que estão intimamente ligadas à família;
- *mão-de-obra e relações sociais de produção*: porque a família está totalmente ligada às relações de trabalho, ajuda ou cooperação solidária. Além do mais, a organização comunitária é fundamental para articular as exigências ao governo municipal;
- *água*: é o essencial, pois origina a moradia.

Para finalizar, pode-se indicar que existe, nos projetos de desenvolvimento, a tendência de enxergar somente o que está visível. As organizações de desenvolvimento definem os grupos beneficiários, principalmente ou preferencialmente, na base de critérios que podem ser quantificáveis;

porém, verifica-se que o modo de vida rural da região de Turmalina parece ser influenciado, num grau muito importante, por dimensões qualitativas e que, geralmente, não são manifestas no simples olhar.

Portanto, enxerga-se a feira não só como um espaço reduzido onde acontece a comercialização. A feira é o espelho de uma sociedade que é conhecida e avaliada pela população e pelas entidades locais. O desenvolvimento rural que acontece de baixo para cima origina-se dos esforços coletivos para superar uma situação crítica seja pela falta de alimentos, falta de infra-estrutura, eliminação da pobreza, reivindicação das demandas, ou melhora na autogestão de organizações e bens comunitários. Neste sentido enxerga-se a feira de Turmalina como uma forma de empoderamento⁸, já que ela conjuga ditos esforços, graças a organização dos produtores para que se possibilite a feira. Os resultados reais deste desenvolvimento manifestam-se na região na forma de melhores caminhos, do caminhão feirante, da assistência técnica, da geração de microprojetos para os produtores e também da consistência cada vez maior do grupo social. Quer dizer, há um fator de derivação e uma conquista por melhores meios de vida.

Acredita-se que a proposta da feira livre ainda está numa fase de melhoramento, pois aponta para a ampliação de um mercado local. Neste sentido observa-se que há três assuntos fundamentais a analisar. Um é relativo aos problemas dos produtores para manter com regularidade seu nível de oferta. Outro fator diz respeito à demanda efetiva do mercado local. O terceiro é a preservação da família, que não pode ser deixada de lado, por meio de uma assistente social, ou de uma extensionista de bem-estar social. Existem situações familiares e de conflitos que refletem uma falta de orientação. Na verdade, o êxito econômico não é o único objetivo perseguido por eles. Há também o anseio por relações familiares e sociais equilibradas.

7 Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992. 275 p.

ALENCAR, E.; MOURA FILHO, J. A. Unidade de produção agrícola e administração rural. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 14, n. 157, p. 25 - 29, 1988.

BARTRA, R. Campesinato e poder político no México: In:_____. **Antropologia econômica**. São Paulo: Ciências Humanas LTDA. 1978. 235 p.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994. 335 p.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Tradução de Rosa Maria Russovich. Buenos Aires: Visión, 1974. 342 p. Título original: Instituto de Investigación Científica de Economía Agrícola de Moscú. 1ª versão 1925.

FORMAN, S. **Camponeses**: sua participação no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 340 p. (Coleção de estudos brasileiros, 39).

GALIZONI, F. M. **A terra construída família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais**. 2000. 92 p. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Campinas, Campinas.

GALIZONI, F. M. Trabalho, herança e migração no Alto Jequitinhonha. In.: CONGRESSO DA IFES DE MINAS GERAIS, 4., 1999, Viçosa, MG. **Anais...** Viçosa, MG: UFV, 1999.

⁸ Romano (2002) define empoderamento como: *“uma abordagem que coloca as pessoas e o poder no centro dos processo de desenvolvimento; um processo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e gerir”* (Romano 2002: p. 11).

GARCIA JR., A. F. **Sul caminho do roçado**: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Brasília: Marco Zero/UNB/MCT/CNPq, 1990. 285 p.

HEREDIA, A.; GARCIA, M. A.; GARCIA JR. O lugar da mulher nas unidades domésticas camponesas. In: _____. **A mulher na força de trabalho na América Latina**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984. p. 29 - 44.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades. 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: 15 out. 2001.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1980. 329 p.

MALINOWSKI, B. K. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. 2. ed. Tradução de Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 425 p. Título original: Argonauts of the Western Pacific – an account of native enterprise and adventure in the archipelagoes of melannesian New Guinea.

PLANVALE: Plano diretor de recursos hídricos para os vales Jequitinhonha e Pardo. 1997. Disponível em: <<http://www.hidricos.mg.gov.br/PLANVALE/RELATO>>. Acesso em: 20 fev. 2001.

POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RIBEIRO, E. M. **Lembranças da terra**: histórias do Mucuri e Jequitinhonha. Belo Horizonte: CEDEFES, 1996. 235 p.